



POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PARQUE BARÃO DO RIO BRANCO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Karina Ribeiro Soares Reis¹

Sergio Rafael Cortes²

Silvana Monteiro de Castro Carneiro³

98

Resumo

O capitalismo, na configuração do século XXI, ocupa áreas periféricas e obtém lucros cada vez mais expressivos. O sistema se alimenta da desigualdade e utiliza da apropriação de grandes lotes periféricos com o apoio estatal e sem a devida fiscalização do cumprimento das leis urbanas e ambientais. A presente pesquisa tem como objeto de estudo o Parque Barão do Rio Branco, a partir da questão: de que maneira a área pública do Parque Barão do Rio Branco, um espaço destinado à população, fora de uso e com obras inacabadas, pode ser potencializado de modo a atingir uma dimensão socioambiental? Assume-se, como hipótese, que existem medidas cabíveis a serem tomadas pelo Estado para fomentar o desenvolvimento local, a partir de um planejamento dialógico de infraestruturas sustentáveis, com a finalidade de promover o desenvolvimento local. Assim, tem-se o objetivo geral de analisar o potencial socioambiental da área destinada por lei ao uso público, que se encontra abandonada, próxima de grandes empreendimentos privados apoiados por infraestrutura superior. O estudo está estruturado a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com análise da literatura, de documentos legais, levantamento fotográfico, imagens de satélite e plantas do local. Procurou-se entender os motivos pelos quais a área se encontra na situação atual. Observou-se que o poder público, aliado ao capital, desenvolveu apenas o local de atuação da grande empresa, não realizando um planejamento efetivo em prol da massa e da questão ambiental, agravando a exclusão e segregando a população de classe baixa ao direito à cidadania.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Políticas Públicas; Tecnologias sustentáveis.

Social and environmental development potential: an analysis of the barão do rio branco park in campos dos goytacazes/rj

Summary

Capitalism, in the configuration of the 21st century, occupies peripheral areas and obtains increasingly expressive profits. The system feeds on inequality and uses the appropriation of large peripheral plots with state support and without proper supervision of compliance with urban and environmental laws. As object of study the Barão do Rio Branco Park, starting from the question: how the public area of the Barão do Rio Branco Park Can, a space destined for the population, out of use and with unfinished

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP- UFF) e Professora de Geografia e Projeto de Computação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

² Doutor em Engenharia Civil (UENF). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, campus Campos-Centro, dos cursos de Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias; Pós-graduação Lato Sensu em Cidades e suas Tecnologias; e bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula. Professora do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e da pós-graduação em Cidades e suas tecnologias, do Instituto Federal Fluminense.



works, be enhanced in order to reach a socio-environmental dimension? It is assumed, as a hypothesis, that there are appropriate measures to be taken by the State to encourage local development, based on dialogic planning of sustainable infrastructures, with the aim of promoting the development of the region. Thus, the general objective is to analyze the socio-environmental potential of the area designated by law for public use, which is abandoned, close to large private enterprises supported by superior infrastructure. The study is structured from bibliographical, documentary and field research, with analysis of the literature, legal documents, photographic survey, satellite images and plans of the site. We tried to understand the reasons why the area is in the current situation. It was observed that the government, allied with capital, developed only the place where the large company operated, not carrying out effective planning in favor of the mass and the environmental issue, aggravating exclusion and segregating the lower class population from the right to citizenship .

Keywords: *Urban planning; Public Policies; Sustainable Technologies.*

1 Introdução

O capitalismo Brasileiro moderno irrompe instalando grandes empreendimentos em bairros periféricos na busca de novos mercados, além do barateamento no custo de implantação e funcionamento entre outras vantagens, entendendo que o sistema é desigual esse novo modo de agir traz consequências não só a classe proletária como também ao ambiente. O modo de produção procede aliado ao Estado objetivando garantir sucesso financeiro, o que gera deformidades na função do poder público, deixando de priorizar o coletivo para beneficiar o privado (Brandão, 2020). A questão socioambiental é mascarada com promessas de geração de renda e diminuição de pobreza, porém, na maioria dos casos, microempreendedores locais entram em falência com a chegada de um megaempreendimento. O consumidor não é atraído só por questão de barateamento dos preços, mas, pela estética do local, que tem toda a sua infraestrutura modificada para atender ao grande empresário e trazer acessibilidade ao comércio. O mesmo poder público que não possui interesse em planejar e desenvolver bairros para uma condição mais digna ao cidadão e que alega não possuir verbas rapidamente demonstra serviço ao setor privado. O lucro sempre é posto como legitimidade sobrepondo até as questões ambientais tão importantes para o futuro de todos. É importante ressaltar que sem recursos naturais básicos que compõem o ecossistema o homem poderá não existir e que até o momento nenhuma tecnologia substitui com agilidade e eficiência o que o planeta desenvolveu em longos processos naturais. O imediatismo da acumulação não permite reflexões e põe em xeque toda e qualquer questão socioambiental.



A atual configuração do capitalismo predatório do setor imobiliário e comercial em bairros periféricos engendra uma brutal degradação ambiental. Comprometendo o futuro e a garantia de melhores condições de vida no presente de uma grande parcela populacional, que ocupa bairros com pouca infraestrutura em lotes pequenos, possuindo moradias não planejadas, aglutinadas, em vias desniveladas e carentes do olhar do poder público (Miraftab, 2016). Indivíduos carentes de áreas verdes e mobiliário urbano, para além da estética, espaços comunitários devem existir, leis regem a construção de praças e ambientes que preservam parte da biodiversidade natural existente no local. Baseando-se nesta perspectiva o presente trabalho analisa o Parque Barão do Rio Branco, o qual a empresa imobiliária Terreplan foi a responsável por seu loteamento no começo século XXI, e que juntamente a agentes públicos prometeram uma área que deveria ser destinada desde o seu loteamento para preservação da biodiversidade local e integração social. Contudo, nos mapas estudados não encontramos a referida área pública ou protegida sinalizada, as plantas só possuem uma demarcação do “brejo”. Atualmente, mais de duas décadas após a venda dos terrenos, o local supracitado encontra-se degradado e abandonado, com importantes obras públicas como uma Unidade Básica de Saúde que atenderia aquela região e uma praça com quadra poliesportiva inacabadas e inativadas, esquecidas pelo poder público municipal. O mesmo que rapidamente atendeu as demandas para viabilizar a construção de um shopping e um supermercado ao lado da área citada.

O presente trabalho se justifica porque a pesquisa está relacionada ao tema socioambiental (Acseirad, 2010) possuindo uma importante relevância para questões atuais. A investigação está pautada no estudo das relações capitalistas e poder público. O espaço que deveria ser comunitário e preservado se encontra abandonado e utilizado como ponto de assalto para transeuntes. A área pública em destaque, se revitalizada, beneficiará toda a região, localizada frente a uma via que dá acesso a bairros adjacentes. Há a necessidade de erguer uma analogia entre o ambientalismo e a sociedade para entender de fato o tema proposto e a importância da questão ambiental. Até o momento da finalização do artigo não encontramos este recorte em outros trabalhos sobre o bairro Barão do Rio Branco. A pesquisa foi desenvolvida durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em Cidades e suas



Tecnologias, objetivamos dar visibilidade para a problemática urbana do desenvolvimento desigual de espaços da cidade, com foco no bairro periférico apontando a falta de políticas públicas, tratando a temática socioambiental. Utilizamos a metodologia qualitativa, a partir de visitas técnicas, entrevistas com moradores antigos, análise de documentos, plantas e imagens locais. Os conhecimentos geográficos, urbanos e sociais adquiridos durante o curso supracitado foram de grande valia para a esquematização e construção do artigo.

O inchaço urbano e a pobreza fruto do capitalismo fazem das áreas públicas verdes escassas e preciosas (Gehl, 2015). A partir desta perspectiva, trabalhamos a produção do espaço, delineando um escopo de planejamento que considere a sustentabilidade. Apontamos a importância do desenvolvimento de um projeto que beneficie a comunidade local e interfira no ciclo de exclusão da população periférica que atualmente não usufrui de equipamentos básicos da cidade garantidos por lei. Todavia, percebemos que para o sucesso da revitalização do espaço público, será necessária uma reeducação de hábitos de uso e da relação do indivíduo com o território (Azeredo, 2015). A presente conclusão alarga a possibilidade de futuros estudos locais com outros recortes. Esta análise não possui como objetivo findar possibilidades e sim tornar visíveis as demandas do espaço urbano. Com a finalidade de provocar discussões socioambientais e soluções baseadas em tecnologias sustentáveis.

2. O bairro periférico

O bairro Parque Barão do Rio Branco está localizado à margem esquerda do rio Paraíba do Sul no subdistrito de Guarus, pertencente ao município de Campos dos Goytacazes que possui uma população superior a quatrocentos mil habitantes, sua área de extensão territorial é de 4.026 quilômetros quadrados (IBGE, 2010). Cidade de importante relevância econômica na região norte do Estado do Rio de Janeiro, um considerável centro comercial e financeiro que abrange o norte, noroeste fluminense e sul capixaba. Campos tem sua história e processo de urbanização galgados desde o período colonial com o plantio de cana de açúcar, “Barões” instalaram-se à margem direita do rio que corta o município, por influência política desenvolveram o centro histórico da cidade em sua infraestrutura constam

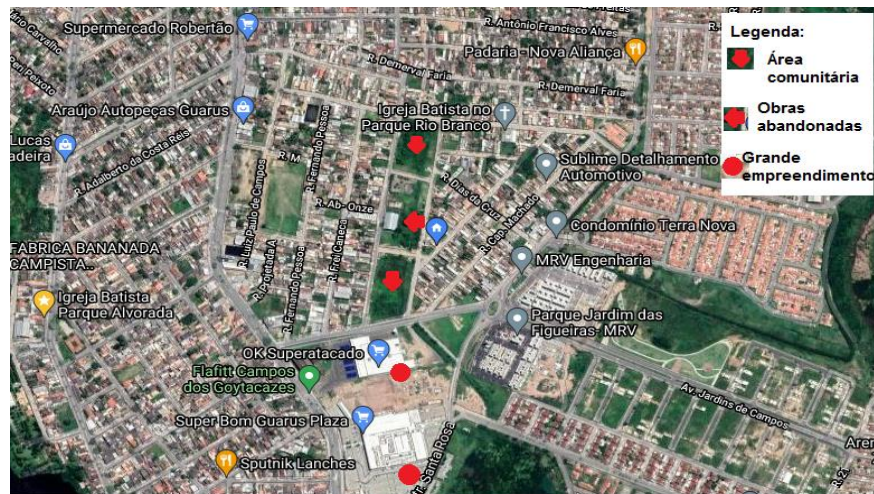


praças e espaços públicos utilizados no passado pela elite para lazer e contemplação da paisagem.

Ao atravessar o rio Paraíba e adentrar no subdistrito de Guarus a realidade é diferente, com urbanização atrasada e subdesenvolvida referente ao centro, o local possui áreas de brejo aterradas sem estudo prévio e pouca infraestrutura para a utilização e conservação de espaços Livres naturais, composta por vinte seis bairros, com loteamentos e expansões recentes. Neste período já existiam discussões ambientais (Acselrad, 2010) e leis de ocupação do solo no país, porém, não levadas em consideração na prática, culminando em um planejamento não executado e ocupação desordenada, situação replicada em vários bairros periféricos no Brasil. A falta de estrutura urbana para moradores de baixas condições econômicas, em sua maioria negros, com pouca mobilização e influência em causas sociais ocorre porque a elite se organiza e desvia a elaboração e execução de políticas públicas para a sua classe, gerando a ineficiência de serviços assistenciais a massa trabalhadora que vive a segregação socioespacial.

Grande parte da população do bairro Barão do Rio Branco e adjacências possui renda familiar baixa, deficiência no transporte público, precariedade no direito à saúde, desemprego entre outras problemáticas que os moradores periféricos enfrentam no país. Incluindo a injustiça ambiental “mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis”. (Herculano, 2008, p. 2). Lixo de vários locais são frequentemente descartados na área destinada ao uso público que por ser caracterizada como “brejo” não possui uma maior fiscalização do poder público para fins de conservação e uso comunitário. Para uma maior compreensão apresentamos uma imagem de satélite do Parque Barão do Rio Branco e adjacências com indicação dos pontos supracitados a seguir:

Figura 1: Imagem do Parque Barão do Rio Branco e adjacências.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps, 2021.

Na imagem acima, observa-se ao centro do bairro três quadras constituídas de área verde demarcadas por setas vermelhas, essa é a área foco do trabalho. É possível visualizar na quadra do meio ao oeste do mapa as obras públicas e os grandes empreendimentos comerciais próximos ao local que estão sinalizados com círculos preenchidos de vermelho. Esses estabelecimentos são um shopping e uma loja de produtos alimentícios que atende a atacado e varejo. É válido destacar que a infraestrutura das vias da área comercial é aprimorada constantemente por órgãos públicos, a mudança de paisagem e funcionalidade no trecho referido é notável, foram instalados novos pontos de ônibus, semáforos, melhoria de asfaltamento, calçadas enquanto o espaço público analisado no presente trabalho espera por simples serviços a exemplo: iluminação adequada, poda de vegetação e calçadas niveladas. O bairro está localizado próximo à avenida José Carlos Pereira Pinto, ao seu entorno existem dois conjuntos de habitações populares (Parque Santa Clara e Parque Prazeres) e três condomínios particulares (Terra Nova e dois empreendimentos da MRV). Não existe uma explicação por parte do poder público e consenso sobre a possibilidade do espaço verde ser realmente destinado a conservação permanente ou adoção de medidas socioambientais locais. O que ocorre é a omissão do órgão fiscalizador em permitir o direcionamento do lixo e resíduos para a área comunitária que possui um alagadiço em processo de assoreamento com perda progressiva de fauna e flora. Devemos erguer uma analogia entre ambientalismo e sociedade para que a questão ambiental possua



uma maior importância nas lutas sociais de diferentes classes (Acsegrad, 2010). Para tal, se faz necessário o entendimento da relação do sistema e do governo na falta de ações em determinados casos, como o exposto no presente trabalho. Compreender o espaço, território e o lugar foco do estudo sobre as percepções constituídas a partir das vivências dos moradores, se faz necessário para um efetivo planejamento local, horizontal e dialógico.

A geografia nos permite analisar o espaço em diferentes escalas, enfoques e vertentes. Não poderíamos realizar o presente trabalho sem vinculá-lo ao estudo geográfico e utilizar-se de suas ferramentas analíticas. Em sua versão clássica a disciplina observa as influências e condições naturais sobre a humanidade, posteriormente a categoria humanista ampara-se na cultura para o estudo do homem relacionado ao espaço, a geopolítica avança com a concepção de teorias sobre o poder, controle de pessoas e territórios. Na construção econômica a Terra passa a ter a dimensão espacial por ser fonte de recursos a partir da divisão territorial do trabalho (Azeredo, 2015). Portanto, apesar de ser considerada uma ciência de síntese por parte dos pesquisadores, a perspectiva geográfica é de fundamental relevância em amplas dimensões. Utilizamos o método expositivo através do estudo da paisagem e do espaço com visitas técnicas em campo. Auxiliados pela cartografia que foi ferramenta imprescindível para observar diferentes desenvolvimentos na microrregião estudada e na área foco da pesquisa, construindo uma análise socioespacial, para reforçar a importância do planejamento com enfoque ambiental.

Para observar melhor a dinâmica local, além do escopo poder público/privado observamos a apropriação do espaço pelo morador, utilizando a análise territorial que “permite realizar incursões teóricas com intuito de destacar elementos intersubjetivos da realidade analisada” (Azeredo, 2015, p. 21). Buscamos entender o território concedendo visibilidade ao cotidiano, para um planejamento funcional que priorize a relação com sujeito que de fato ocupa aquele lugar, seus usos e práticas. Visando futuramente projetos de revitalização que considerem um desenho universal da área pública para manter a sua funcionalidade e conservação ambiental. Acima de observações acadêmicas, analisando quais são as ambições dos sujeitos para aquele espaço, com base nas memórias que constroem o pertencimento, afeto e



territorialidade coletivas dos moradores do Parque Barão do Rio Branco. O conceito de território é de fato central para a presente pesquisa, primeiramente porque politicamente o termo remete ao espaço controlado e disputa de poderes, observados no desenvolvimento microrregional destacado, que acarreta no não avanço das obras da área pública e problemática socioambiental. Todavia, podemos relatar o desgaste econômico local, um bairro mal infraestruturado, sem o atrativo de lazer quando nos referindo a proposta de equipamentos públicos e área verde, são características que desfalecem o comércio local. A concepção de um lugar público e estruturado em que se pode contemplar a natureza, caminhar, conversar, atualmente oferecido pelo capital e que segrega a muitos diante da desigualdade social, pode gerar trabalho e renda para a economia criativa e solidária do bairro. O que perpassa pela perspectiva cultural nesta análise.

O território precisa ser interpretado visando a diversidade, porém, é válido destacar que a construção territorial torna-se fruto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao que nele se vivencia (Azeredo, 2015, p. 22). Para conseguir êxito na proposta da construção de uma área pública que se mantenha com a finalidade de conservação ambiental aberta ao uso, precisamos desde de o seu planejamento observar e escutar os moradores locais, com suas necessidades e anseios. Não podemos como pesquisadores, acadêmicos, planejadores, urbanistas, entre outros profissionais responsáveis, determinar e delimitar de acordo somente com a nossa percepção, um projeto ou ideia. Para não planejar um local fora de contexto com o cotidiano dos grupos sociais existentes e suas relações com o lugar que buscamos modificar. Em visita técnica percebemos que a maioria das residências ao entorno do espaço público, possui varandas e sacadas voltadas para a contemplação local, o que nos revela o pertencimento e desejo do morador ao contato com a natureza. Todavia, a apropriação da área já ocorre mesmo sem a devida infraestrutura, crianças e adultos utilizam o local para lazer e tentam usufruir do espaço.

A transformação do espaço em território só ocorre com a ação humana, movida por uma complexa rede de relações e apropriação local, o que podemos conceituar de espaço cultural, por ser vivenciado pelos atores sociais que nele imprimem a sua marca (Azeredo, 2015). Com a finalidade de potencializar o uso do



local, podemos produzir um melhor espaço social com condições amplas de permanência e lazer de modo sustentável, através de um planejamento que considere as particularidades da área periférica e de sua população. Para a compreensão da problemática que engendra as falhas nas políticas públicas existentes em proporcionar efetivamente prioridades socioambientais, as quais são ausentes na área da presente pesquisa que contempla o Parque Barão do Rio Branco, é importante entender como os agentes políticos e econômicos estão por trás da estagnação e mau funcionamento estrutural do país. O capitalismo é alimentado pela força estatal gerando situações em seu favor que interferem no bem-estar social de modo a criar desigualdades e dicotomias estruturais observadas e expostas a seguir.

3 Análise da área de uso público

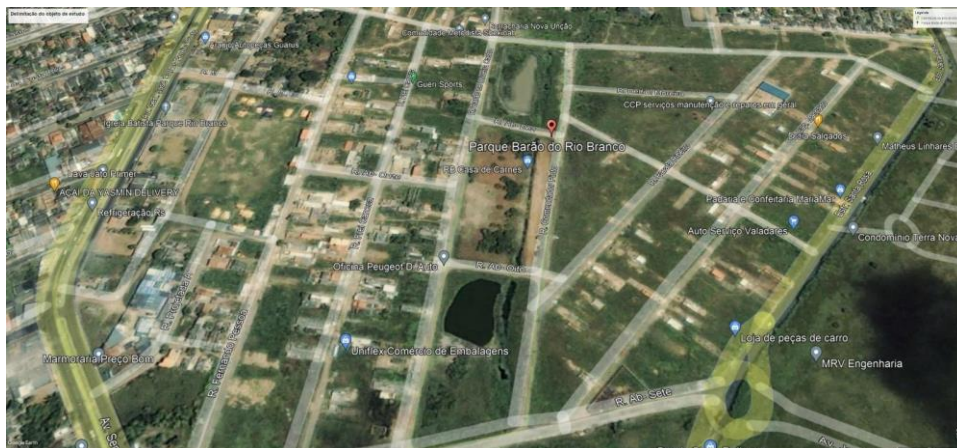
A área de domínio do poder público analisada no presente estudo possui aproximadamente 33.320 metros quadrados destinados ao uso comunitário desde a idealização do bairro. As quadras delimitadas são de fato de domínio público estabelecido pela Lei 9.785, sancionada em vinte e nove de janeiro do ano de 1999 (Brasil, 1999), correspondente ao Parcelamento do Solo Urbano, inclusive o espaço é corresponde aos trinta e cinco por cento da gleba destinada a equipamentos públicos comunitários. Por essa razão observamos a existência das obras inacabadas citadas na seção anterior da pesquisa destinadas ao lazer e à saúde. Examinando as construções verificamos que foram edificadas muito próximas ao brejo, as mesmas não respeitaram os trinta metros de afastamento de corpos hídricos com menos de 10 metros de largura, estabelecidos no código florestal atualizado pela Lei 12.651/12 (Brasil, 2012). O planejamento por parte do poder público não ocorreu de modo correto em relação às diretrizes ambientais.

O desrespeito relacionado a questões ambientais advindo do poder público torna-se um mau exemplo para o cidadão, a falta de fiscalização e interesse de construir equipamentos comunitários de qualidade reflete na estrutura dessas edificações, em menos de dez anos do início das obras verificamos péssimas condições estruturais. Uma espécie de racismo ambiental já que segundo Herculano



(2008), este enquadramento não se dá por ações de intenções racistas, mas por seu impacto em determinados grupos, o racista anula o outro o colocando na condição de não semelhante. A partir dessa explicação, podemos concluir que quando o poder público deixa de realizar intervenções para proporcionar melhorias ambientais e infraestruturais em um local em que predominam grupos sociais vulnerabilizados, está cometendo o racismo ambiental. Para uma melhor visualização da expansão urbana e modificação da paisagem da área estudada, utilizamos imagens de satélite referentes aos anos de 2004 e 2022.

Figura 2 – Imagem de satélite do Parque Barão do Rio Branco do ano de 2004.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth Pro, 2022.

Na imagem acima é possível visualizar a presença, extensão e continuidade do corpo hídrico na área de brejo dentro do espaço público destinado ao uso comunitário. Observamos um número mínimo de construções e o predomínio de espaços verdes no bairro. Com o passar dos anos a paisagem encontra-se totalmente modificada pelo homem como podemos constatar na imagem abaixo, destaca-se um maior adensamento populacional, grande expansão e ocupação do solo por moradias. Apesar de ser um loteamento recente, notamos técnicas e tecnologias infraestruturais retrógradas. Todavia, o espaço público estudado possui infraestruturas básicas e equipamentos públicos inacabados, precários. Que não se adequam às questões importantes referentes ao planejamento urbano no atual milênio (Bento et al., 2018), que versa sobre sustentabilidade, acessibilidade urbana, conservação e saneamento ambiental. Constatamos a partir da visita



técnica que as obras na quadra central, em seu lado oeste, onde encontra-se as estruturas dos equipamentos públicos voltaram a ocorrer devido ao projeto denominado bairro legal realizado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes. Porém, sem considerar a comunidade local, no velho formato vertical sem grandes avanços inclusivos e sustentáveis. O poder público imita os aglomerados subnormais e constrói sem um planejamento efetivo, equipamentos desconectados, pouco funcionais, sem desenho universal que garanta acesso a todos, com pouca durabilidade que não possuem estudo prévio de seus materiais. A arquitetura das edificações não se adequa ao ambiente que deveria integrar a paisagem natural.

Figura 3 – Imagem de satélite do Parque Barão do Rio Branco do ano de 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth Pro, 2022.

A cidade viva é conceituada por possuir alta densidade de construções, com grande concentração de moradias, também constitui o seu cenário as empresas que são locais de trabalho. Segundo Gehl (2015, p. 68): “Mas o que a cidade viva realmente precisa é a combinação de espaços públicos bons e convidativos e certa massa crítica de pessoas que queira utilizá-lo”. O poder público deve dar o exemplo para a população, construindo espaços coletivos que versem sobre sustentabilidade, acessibilidade e conservação ambiental, para estimular no cidadão a consciência e prática para estes fins. Porém, não é o que ocorre nos bairros periféricos, o espaço público em estudo é erguido no atual milênio, em um tempo em que essas questões já existem e são discutidas desde o fim dos anos 90. Como explicar o descaso do município que possui um plano diretor e discorre sobre esses aspectos



frequentemente em suas reuniões? Para uma melhor compreensão das problemáticas estruturais do objeto de estudo deste trabalho, analisamos a área delimitada a partir de sua estrutura física.

Uma das etapas metodológicas que empregamos foram as visitas técnicas, a partir de observações holísticas e descritivas analisamos a área foco do presente estudo, as construções e vias de seu entorno, sua função para a comunidade local. Evidentemente, o diagnóstico não se deu em uma única visita, mas em meses de pesquisa utilizando diferentes dias e horários. A perspectiva descritiva do local tem a função de auxiliar a construção do planejamento com foco socioambiental, apontando as falhas infraestruturais para construir um futuro planejamento, que considere tecnologias sustentáveis e de integração social. Segundo Azeredo (2015, p. 30): “O bairro torna-se um lugar, com seus processos de mobilidade que demarcam a identidade territorial de seus moradores”. Erguendo uma analogia com o argumento apresentado, evidenciamos a importância de observar as condições estruturais das vias da área estudada, de que forma o transeunte se relaciona com o espaço e como se dá a mobilidade local? Quais os níveis de segurança, acessibilidade e conforto urbano? Questões essenciais para discussão quando estudamos temáticas relacionadas ao estudo de espaços da cidade.

Planejar a infraestrutura em seus diferentes aspectos ao entorno da área pública é garantir que o cidadão participe ativamente do processo de construção socioambiental. Utilizar o local com segurança e prazer, gera afetividade que corrobora para o sentimento de pertencimento local da comunidade, primeiramente discorreremos sobre a relação infraestrutura e morador, à frente trataremos o assunto relacionando-o à sustentabilidade e ao ambiente. Para Gehl (2015, p. 64): “A cidade viva também precisa de uma vida urbana variada e complexa, onde as atividades sociais e de lazer estejam combinadas, deixando o espaço para a necessária circulação de pedestres e tráfego, bem como oportunidades para a participação da vida urbana”. Um planejamento urbano efetivo deve considerar a segurança, sustentabilidade e saúde como qualidades indispensáveis, no que se refere aos espaços construídos de uma cidade que contemple as pessoas. Quando o local é dotado de calçadas que considerem o desenho universal para garantir acessibilidade a todos, iluminação adequada que gere segurança em diferentes



horários, logradouros com possibilidade de lazer, equipamentos para contemplação da paisagem e socialização, materiais que não causem impactos negativos ao ambiente e a saúde dos indivíduos, vias com condições que favoreçam a mobilidade, espaço para a comercialização local e não apenas para o grande empresário, entre outras questões, estamos diante de uma potência de desenvolvimento regional e socioambiental.

A realidade do bairro periférico Parque Barão do Rio Branco destoa totalmente do ideal desejável de acordo com a legislação e arcabouço teórico exposto na pesquisa. O que desencadeia o principal objetivo deste trabalho, que é propor a mudança do paradigma capitalista retrógrado de desenvolvimento urbano desigual, para abrir espaço ao planejamento e ações socioambientais que una a condição ambiental à social. Uma construção: “que deve ter um espaço público cuidadosamente projetado para sustentar os processos que reforçam a vida urbana”(Gehl, 2015, p. 65). Entretanto, observamos na área de estudo do presente artigo, características que impossibilitam não só um bom saneamento ambiental, mas a convivência social harmoniosa. Uma área pública no centro do bairro esquecida, ao lado de um espaço particular valorizado, remete ao morador a sensação de desprezo por parte do poder público. Observamos que grande parte da população transita pelo entorno do local o utilizando como passagem, contemplam rapidamente os elementos naturais, animais, plantas, mas não permanecem por mais tempo no lugar. Todavia, obstáculos como a falta de iluminação, má conservação ou falta das calçadas, péssimo estado dos equipamentos públicos, os impedem de aproveitar o espaço socialmente, inclusive, estimulam a depredação e a deposição de lixo no local.

Em contrapartida, o shopping um espaço privado próximo está frequentemente utilizado como centro de permanência por possuir infraestrutura adequada, o estacionamento do supermercado em frente a área pública também é utilizado como ponto de encontro, exatamente por oferecer a estrutura física e a sensação de segurança que não existem do outro lado da via. É dever do Estado garantir a segurança do cidadão, como versa o artigo 144 da Constituição Federal (Brasil, 1988), até porque a segurança e o ambiente privado é seletiva e não abrange a todo indivíduo, culminando em espaços de segregação socioespacial.



“Sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano” (Gehl, 2015, p. 91). Em bairros periféricos, a desigualdade social é acentuada devido ao sistema vigente, estudos urbanísticos devem pleitear estratégias para que o usuário de espaços públicos possam caminhar e passar tempo nestes locais, a comunidade carece de áreas socioambientais com infraestrutura que comporte a população e estimule a sua preservação. Logicamente que para o sucesso de implantação destes locais é necessária uma educação voltada para a ocupação consciente. É válido ressaltar que com o adensamento populacional, conseqüentemente a maior ocupação do solo em um curto período de tempo sem o devido planejamento, mais impactos no ambiente como problemáticas ambientais e infraestruturais começam a surgir. A presente pesquisa propõe uma revitalização da área pública que beneficiará toda a região em termos de saneamento ambiental, lazer e segurança. Para tal, são necessárias políticas direcionadas e um planejamento horizontal.

4. A importância de um planejamento urbano insurgente

Vivenciamos uma crise global não só no sistema, mas também no planejamento que afeta a população de forma desigual e injusta, produzida por poderosas economias que raramente assumem a sua responsabilidade. No caso do Parque Barão do Rio Branco, o bairro foi criado com a intenção de lucro para o mercado imobiliário, desconsiderando questões de infraestrutura e socioambientais. Com o crescimento habitacional o local se expande em número de residências, porém, sem o devido planejamento não evolui na sua infraestrutura. As ruas em calçamento não estão niveladas corretamente e a iluminação de suas vias é precária. A área pública que poderia ser utilizada para conservação ambiental possuindo grande potencial está abandonada, coberta por mato alto e lixo, com incidência de assaltos a pedestres. O bairro carece de práticas de planejamento insurgentes para além das já sancionadas pelo Estado e poderes corporativos (Miraftab, 2016). Para tal, é preciso apoiar-se em práticas subordinadas geradas em movimentos anticoloniais e anticapitalistas, que considerem o ambiente e a comunidade local.



Com a finalidade de promover um futuro e um urbanismo mais humanista, um novo planejamento deve ser construído para atender de fato ao bem público, diferenciando-se dos atuais que frequentemente estão a serviço do setor privado (Miraftab, 2016, p, 364). Um exemplo das falhas em políticas públicas a favor do capital é o planejamento da área vizinha ao Parque Rio Branco. Serviços nas vias foram realizados em tempo recorde para receber os empreendimentos comerciais de grande porte. A intuito de amenizar os impactos e desenvolver o bairro priorizando o espaço público dotado de área verde utilizamos a proposta que considera: “É preciso e possível um planejamento progressista que trate as injustiças sociais, que promova abordagem de uma linguagem relacional, expondo injustiças e desigualdade pela transgressão do tempo, do lugar e das formas de ação” (Miraftab, 2016, p. 374). Em outros termos, um planejamento capaz de unir a questão ambiental com a argumentativa social.

Ao realizar pesquisas não encontramos documentos de domínio público sobre possíveis impactos ambientais e reparação de danos, ao observar plantas em diferentes escalas que abrangem outros bairros, percebemos que o local está muito próximo a lagoa Taquaraçu, foco de diversos estudos no município. A área verde do Parque Rio Branco e objeto de estudo da pesquisa possui proporções territoriais maiores que o Centro de Educação Ambiental de Campos dos Goytacazes (CEA), podendo ser uma extensão do local, é legítima e indispensável a ampliação do ensino ambiental para quebra de paradigmas na sociedade. É necessário ressaltar que não se tem conhecimento de mobilização social para a razão, porém, “[...] a proteção ambiental não é ao contrário do senso comum um causa restrita a classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das majorias” (Acselrad, 2010, p. 115). O único método para efetiva consciência da população sobre a temática, é a construção de um ponto de ensino popular frequentemente voltado para as questões ambientais, sendo necessária a reflexão sobre as ações capitalistas e seus resultados.

Ao refletirmos sobre as ações capitalistas, percebemos que o sistema denominado de construtivo ao mesmo tempo se torna destrutivo, principalmente nas sociedades periféricas onde é mais seletivo. Assim se dá a assimetria nos serviços de melhorias urbanas, o poder público aliado ao privado seleciona a área que



recebe melhorias e se desenvolve, para atender o interesse do grande empresário e não do coletivo. “Se de um lado há extrema flexibilização, de outro lado existem imobilismos” (Ribeiro, 2012, p. 4). Ocorre a hibridação entre o Poder municipal e o megaempresário facilitando o desenvolvimento de espaços para o capital. Para superar o pensamento seletivo capitalista torna-se necessária a realização de uma tarefa multidisciplinar, superando a colonialidade arraigada em nossa sociedade, diferente do explícito colonialismo que está escondido na força e atração do mercado. É preciso estudar a construção de uma cartografia do que parece micro, mas, que pode ser a única resistência possível (Ribeiro, 2012). Nesse contexto é necessário observar o impacto que o grande investimento causa no setor local. Focar em uma leitura de baixo para cima, se faz útil a episteme dialógica com base democrática, sem esquecer em segundo plano a questão ambiental.

4.1 Possibilidades de uso de tecnologias sustentáveis

Podemos construir um espaço público que reúna os anseios da comunidade local com sua infraestrutura voltada para a sustentabilidade. Reduzir a reprodução da cultura do uso demasiado do cimento e do concreto, frear a desconstrução de áreas verdes naturais, com a finalidade de minimizar futuros danos ambientais. O moderno não é a devastação do ambiente para a construção de uma “selva de pedras”, conforme observamos por exemplo na última reforma da Praça do Santíssimo Salvador na área central do município de Campos dos Goytacazes, locus de nosso objeto de estudo. Na cidade, percebemos que a escolha dos materiais que compõem a construção do espaço é retrógrada, não considerando seus efeitos a longo prazo para o ambiente. Segundo Gehl (2015, p. 109): “Os problemas são bem mais urgentes nas sociedades urbanas de baixa renda, porque a lacuna entre ricos e pobres é muito grande, com a pobreza generalizada limitando as oportunidades dos grupos marginalizados da população”. Concordamos com a autora ao analisar o perfil do morador do Parque Rio Branco utilizando o conceito de racismo ambiental (Herculano, 2018). Portanto, é de suma importância enfatizar a falta de políticas públicas com a temática socioambiental em bairros da periferia em



conjunto a práticas sustentáveis, visando o bem estar social baseado na preservação ambiental.

Começaremos a discussão mesclando a sustentabilidade infraestrutural e material com a social, porque se completam no sentido do presente estudo, quando pensamos na questão ambiental estamos portanto, interferindo para o bem estar social e nesse sentido os dois conceitos são indissociáveis. Ao planejar a via ao entorno da área pública analisada no presente trabalho com foco em infraestruturas e materiais sustentáveis prevemos ações para o bem estar social. “O conceito de sustentabilidade também implica pensar nas gerações futuras” (Gehl, 2015, p. 109). A construção de uma ciclofaixa para o incentivo do uso de bicicletas, um meio de transporte silencioso menos nocivo ao ambiente por não utilizar combustíveis fósseis, é um exemplo da dualidade supracitada. Todavia, interferindo na conservação da área verde, que será menos degradada por partículas poluentes da emissão de carbono. Proporcionando também a diminuição da vida sedentária ao indivíduo, possibilitando maiores condições de tráfego ao ciclista, que circula em mais número nas ruas e culmina em uma melhor sensação de segurança para a permanência do pedestre no espaço público. “Quanto mais pessoas caminham e pedalam, quanto maiores as distâncias percorridas a pé ou de bicicleta, maiores serão as recompensas para a qualidade total da cidade e do meio ambiente. Reforçar o tráfego de bicicletas em particular, traz enormes benefícios” (Gehl, 2015, p. 107). Relacionando a via ao pedestre, devemos pensar nas calçadas, conforme mencionamos anteriormente na presente pesquisa, essas encontram-se desniveladas ou inexitem.

As calçadas devem garantir acessibilidade e segurança aos pedestres. Em nosso país possuímos a normatização ABNT NBR 9050, criada para proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção⁴. Minimamente as calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem possuir uma faixa livre com no mínimo a largura de 1,20 m. Obrigatoriamente

⁴ Informação disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/2020/08/12/confira-a-nova-abnt-9050-2020-que-trata-sobre-acessibilidade>. Acesso em: 21 jan. 2023.



possuir continuidade, sem emendas, reparos ou fissuras. Infelizmente em muitas obras não são considerados os parâmetros ideais de construção, em nossa análise local percebemos essa realidade, nas esferas pública e particular. Porém: “A cidade deve ser inclusiva, com espaço para todos” (Gehl, 2015, p. 109). Em específico para o entorno da área pública do Parque Barão do Rio Branco, sugerimos se possível um segmento de pisos táteis para deficientes visuais, como também uma pista lateral para a prática de caminhada para a população, que deve ser construída com blocos encaixáveis para assegurar a drenagem e escoamento da água das chuvas. Garantindo a ocupação local para a prática de atividades físicas e lazer.

Atividades que caracterizam o espaço público como socioambiental, podem ser potencializadas com a construção de uma academia para idosos e um parquinho para crianças, incorporados a área da construção da praça local, utilizando um piso emborrachado 100% reciclado que tem por matéria prima o reaproveitamento de pneus descartados. Outra opção de piso sustentável seria a construção de decks de madeira plástica ao redor do corpo hídrico existente, que deve passar pelo processo de despoluição, o assoreamento deste, como também a planificação ou ocupação por edificações no total do terreno interfere na drenagem pluvial natural local. Todavia, ao planejar a reforma do espaço, não se deve optar pela retirada da área verde restante, que influi no saneamento ambiental e gradejar ou murar a área não seria uma solução sensata. Bancos de madeira plástica podem facilitar a ocupação e permanência da comunidade, o poder público deve realizar a revitalização para integrar o ambiente com os respectivos usos comunitários facilitando a sua conservação, lixeiras subterrâneas são mais indicadas para a área por evitar a invasão de animais e pragas auxiliando também na transição da consciência da não degradação do patrimônio comum que ocorre com a educação cidadã discutida na próxima seção. Entretanto, a construção de um novo espaço da cidade e seus novos convites, levarão ao desenvolvimento de novos padrões de uso daquele espaço (Gehl, 2015). É importante pensar na iluminação para a área, não apenas em seu padrão de conforto urbano, mas na categoria da sustentabilidade.

Utilizar postes com iluminação fotovoltaica seria o ideal, porém, antes a cultura do furto na cidade precisa ser extinta. Utilizando mais uma vez a teoria de Gehl (2015) a diferença de classes e a pobreza extrema leva o indivíduo a furtar



qualquer equipamento que gere um valor de venda, as placas solares possuem valores elevados de mercado, podemos primeiramente utilizar a iluminação de led com sensores fotossensíveis que ligam e desligam as luminárias dos postes de acordo com a luminosidade natural do ambiente. Um número maior de postes de iluminação, ou seja, diminuir o espaçamento entre os refletores, também confere mais segurança para a área e pessoas durante o período noturno. Com a concentração de pessoas e permanência no local, podem ser construídos quiosques com base na incorporação de empreendedores locais, agroecologia e economia solidária para geração de renda local, que deve também crescer em todo bairro devido aos atrativos implantados no espaço público. Para que todo o planejamento seja efetivo, é permanente e necessário pensar na construção de um espaço para o ensino ambiental popular para a comunidade local e visitantes, concebendo assim a educação transformadora (Freire, 1996). Somente por meio desta e da afetividade com o local que deve se tornar um geossímbolo podemos mudar a sociedade.

4.2 Educar para territorializar

Para a efetivação da classificação da área pública estudada, localizada no Parque Barão do Rio Branco como espaço socioambiental, propomos a construção de um espaço para a educação não formal comunitária com atividades e eventos voltados à sustentabilidade local. Todavia, com a finalidade de para além de laços afetivos entre os indivíduos e o espaço, educar para a conservação ambiental. Formando assim o conceito de geossímbolo destacado por Azeredo (2015, p. 25) que: “Deve considerar três níveis: estrutural, vivido e cultural”. Através de um espaço para a educação não formal ambiental é possível construir relações benéficas no bairro entre a comunidade e o território. Introduzindo a cultura desejável para o cumprimento da Agenda 2030 e seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) muito importantes para quaisquer trabalhos que concebem a temática abordada na presente pesquisa.

A Agenda 2030 foi elaborada com o objetivo de reduzir a problemática socioambiental mundial, enfatizando a promoção da paz entre os países, como também com a finalidade de minimizar as problemáticas sociais e ambientais



decorrentes dos avanços do capitalismo. Que prega o consumismo predatório exacerbado e subsiste da acentuada e progressiva desigualdade social. Os 193 países signatários membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma de suas reuniões no ano de 2015 propuseram o plano de ação supracitado com metas a serem atingidas, sintetizados em 17 objetivos denominados de ODS (Carmo, Silva, Tchaicka, 2021). Devemos educar para territorializar, ou seja, construir saberes sobre a importância da preservação e conservação na comunidade local, para que o cidadão atue e colabore para a garantia dos objetivos destacados. Esta etapa é crucial para a sobrevivência da revitalização e efetivação do planejamento empregado no futuro. A partir da análise do nosso objeto de estudos, a área pública com potencialidade socioambiental, relacionarmos os ODS que se enquadram no planejamento proposto ao mesmo tempo discorrendo sobre a educação que podemos produzir futuramente na comunidade local.

Dos 17 ODS existentes uma grande parte pode ser identificada com potencial desenvolvimento na área pública analisada. Quando planejamos um local de área verde, que proporciona saneamento ambiental, proteção de fauna e lazer para a comunidade, estamos corroborando para o objetivo três. Que versa sobre saúde e bem estar e também incorporamos o décimo terceiro, sobre ações contra a mudança climática, juntamente com o décimo quinto que protege a vida terrestre. Ao trabalharmos com a possibilidade de um espaço para a educação popular socioambiental, com ações participativas da comunidade, estamos desempenhando uma educação de qualidade (ODS 4). Todavia, ao afirmar que a revitalização local proporciona o crescimento econômico do empreendedor local, fomentando um espaço para a economia solidária, observamos a presença do oitavo, nono e décimo objetivos para o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte podemos citar o ODS dezessete, se o planejamento exposto no presente trabalho ocorrer, o envolvimento governamental e da sociedade civil culminará em parcerias e meios de implementação. Um processo cíclico para uma cidade, que possui uma comunidade sustentável, e constitui o décimo primeiro objetivo. “Na dimensão dos governos, precisamos de políticas públicas e programas, nas empresas são necessários projetos de Responsabilidade Social Corporativa e na vida cotidiana todas as práticas e ações da coletividade são fundamentais para o alcance dos ODS até



2030” (Carmo, Silva, Tchaicka, 2021, p. 31). Na posição de educadores e comunidade acadêmica, acreditamos que a educação sobre as questões tratadas, são capazes de mudar positivamente os hábitos da sociedade e a longo prazo alcançarmos diversas transformações sociais e ambientais.

5 Considerações finais

Na presente análise do espaço público estudado observamos que existe a possibilidade do desenvolvimento da área e dos equipamentos comunitários conjuntamente com a conservação ecológica e uso recreativo coletivo que depende de políticas estatais para a sua efetiva consolidação. Todavia, o planejamento da área deve ser realizado na perspectiva dialógica e horizontalizada, considerando os anseios da população. Para que o local seja uma verdadeira potência ambiental, deve ser construído um espaço para educação da comunidade, que trará o sentimento de pertencimento e conservação, estimulado em atividades cotidianas. É pertinente destacar que a infraestrutura local deve levar em consideração a sustentabilidade na escolha de materiais para revitalização do espaço público priorizando a preservação da área verde.



Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados**. vol.24 no.68. São Paulo, 2010. Disponível em> <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf> . Acesso em 26 de abril de 2023.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias em território vulnerável: Um estudo sobre proteção social em grupos populares**. Essentia editora, p. 21-38, 2015.

BENTO, Sarah Corrêa et al. As novas diretrizes e a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 469-488, 2018.

BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias In: **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: Editora da UEPB, p. 171-193, 2020. Disponível em>http://www.uepb.edu.br/download/documentos/documentos_2020/Celso-Furtado-aesperancamilitante-Volume-1.pdf. Acesso em 22 de maio de 2023.

BRASIL, **Lei 9.785 de 29 de janeiro de 1999**. Sobre o parcelamento do solo urbano. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1999/9785.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL, **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo código florestal brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988..

CARMO, Andréa Araújo do; SILVA, Cláudia Costa e; TCHAICKA, Lígia. **Agenda 2030, os Ods e Nós** [e-Book]. São Luís: UEMA; UEMAnet, 2021.40 f.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, set. 2016. Disponível em:><https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499/4751> . Acesso em 24 de maio de 2023.

Boletim Petróleo, Royalties & Região



RIBEIRO, A. C. Torres. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: Por uma cartografia da ação. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, págs. 03-12, jan/jun.2012. Disponível em: >file:///C:/Users/sblim/Downloads/TERRITORIOS_DA_SOCIEDADE_IMPULSOS_GLOBAIS_E_PENSAM.pdf Acesso em 24 de maio de 2023.